



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

## **O NÃO LUGAR DO MASCULINO: UMA PERSPECTIVA FEMINISTA INTERSECCIONAL SOBRE A NECESSIDADE DA RESSIGNIFICAÇÃO DO SUJEITO.**

Diana Alves Chagas

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) - Campus de Salvador  
dchagas1980@gmail.com*

**Resumo:** Na última década, muito tem-se teorizado sobre o homem cisgênero e seus comportamentos, tangíveis em diversas esferas sociais. A partir das demandas atuais, corroboradas pelo abalo do patriarcado, surge um novo modelo social de homem, que apesar de corresponder parcialmente a essas exigências, não se reconstrói ideologicamente como poder hegemônico –, o que aloca a masculinidade em um não-lugar. Diante dessa premissa, este artigo objetiva refletir sobre a necessidade de ressignificar o sujeito, ao entender a complexidade da multiplicidade do ser, assumindo uma identidade terrena como forma de libertação social, possibilitando a ocupação de um lugar de fala, desconstruindo as masculinidades culturalmente impostas, minando as pequenas violências diárias cometidas por descontroles comportamentais estimulados pelo aprisionamento das pulsões.

**PALAVRAS-CHAVE:** Masculinidade, homem, cisgênero, fala, sujeito.

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo tem como objetivo abordar conceitos e discussões relacionadas à uma masculinidade culturalmente estabelecida, e suas implicações ao homem cisgênero<sup>1</sup>, bem como a construção de suas subjetividades, que o enreda num processo de apagamento das individualidades em detrimento às expectativas sociais de comportamentos qualificados como aceitáveis, discutidos em quatro seções, a incluir as conclusões.

A seção 1, *Sujeito e indivíduo*, apresenta convergência entre sujeito e indivíduo, bem como as reflexões acerca da sua interdependência com o contexto e suas relações, formação das subjetividades e significação, baseados em conceitos filosóficos, de Morin (1996), psicanalíticos, de

Freud, e como reflete culturalmente nas sociedades patriarcais, também alicerçados em

estudos antropológicos, de Bourdieu. A seção 2, *O não lugar da cisheteronormatividade*, faz uma exposição analítica dos comportamentos sociais do homem cisgênero contemporâneo, a partir de uma nova masculinidade, que o impulsiona a um não pertencimento, a partir das autoras Nader e Caminotti (2011), do conceito de não lugar, de Augé (1994), apresentando como relevante para essa discussão a parte negativa da sua dicotomia,

assim como a supressão ou anulação da liberdade de subjetivação do homem masculino, reiterado por Almeida. A seção 3, *Ressignificação do sujeito*, implica a importância de desvincular a os comportamentos masculinos culturais subjugados aos gêneros, pela perspectiva da

<sup>1</sup> Cisgênero consiste na concordância do sexo biológico com a identificação total deste indivíduo com as

características atribuídas a este gênero, a partir do ponto de vista histórico-sócio-cultural, responsável por ditar o padrão normativo do masculino e feminino.



condição humana de ser planetário, que requer a integração de suas partes constituintes em prol de uma diversidade humana e cultural, pela filosofia de Morin (1996). Às conclusões encarregam-se de uma breve retrospectiva das reflexões dantes citadas, frente às demandas da completude do homem como ser complexo, bem como os possíveis resultados da reconfiguração do sujeito social.

Esses pilares convergentes denotam a necessidade analítica que toma como objeto o homem masculino, correspondente à utopia social padronizada, a qual ergue-se a atender as expectativas de um patriarcado fragilizado, que tenta manter o seu poder diante das conquistas feministas dos últimos quarenta anos. Apesar das inegáveis transformações ao longo desse tempo, a reestrutura social impulsionada pelos feminismos não deu conta de apagar a cultura de violência contra as minorias, aqui sendo relevante as de gênero, priorizando as mulheres, mas não sendo excludente a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT). O entendimento dos mecanismos de sustentação das máscaras que os homens vestem trazem à luz as causas que motivam as violências veladas inconscientes, majoritariamente difíceis de serem percebidas e tipificadas como tal, permitem um ponto de partida para o declínio desses casos particulares que não entram nas estatísticas de crimes contra as mulheres, mas podem configurar-se como seus gatilhos.

## 1 SUJEITO E INDIVÍDUO

Os conceitos de sujeito e indivíduo são flexíveis por diferentes prismas. Para a análise desse trabalho, levaremos em consideração a perspectiva filosófica de Edgar Morin (1996), que muito contribuiu para a compreensão do sujeito autônomo, como constituinte do indivíduo, enquanto ser complexo, de modo que apresenta um humano compreendido e percebido pela integração de suas partes, que podem ser analisadas desfragmentadas, todavia sem perder de vista a sua totalidade.

Para tanto, considera-se a autonomia como reflexo da dependência do ser com seu contexto histórico-espacial, preterindo o conceito de autonomia ligado à liberdade, utilizando-se da biologia, enquanto ciência, refletindo sobre um “relógio” interno inerente a todo ser animado, que nos liga de forma energética, informativa e organizativa, favorecendo a autonomia de cada ser no mundo exterior (1996, p. 47). Todavia, conforme tal pensamento, a autonomia não seria somente a capacidade de livre escolha, mas a capacidade de estar em conformidade com a organização do meio ambiente, interessante para este trabalho ao reducionismo de meio, um sujeito autônomo no mundo, capaz de se perceber no *todo complexo* em que está inserido com perfeição.

Nesse sentido, indivíduo é um produto de organização biológica, emocional, psicológica, cultural e social que ao integrar as



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

suas partes, nos forma homens e mulheres produtos de interações sociais. Portanto, não é possível compreender o homem içado de seus contextos sociais, reiterando a necessidade de analisá-lo pela perspectiva da psicologia social.

Ao teorizar criticamente sobre a força simbólica que sustenta as sociedades patriarcais, Bourdieu (1990), a partir de conceitos-chaves como *campo*, espaço simbólico onde os confrontos institucionalizam as representações, e *habitus*, entendido como a capacidade dos sentimentos, dos pensamentos e das ações dos indivíduos de absorver e naturalizar, propõe uma análise de como a estrutura social determinada pelos gêneros, erroneamente não estão desvinculados do sexo biológico.

Se refletirmos sobre a dominação masculina por um prisma simbólico, que constitui-se como violência velada, já que não oportuniza, salvo exceções, que seja percebida pelos indivíduos enquanto age como força de segregação de gênero, nas sociedades ocidentais, determinado pela sexualidade dos corpos, percebemos que as representações padronizadas minam as subjetividades do ser, enquanto seres individuais; são, por conseguinte, determinantes sociais os significantes estabelecidos culturalmente como “naturais”, que passam a exercer a função de mola mestra de um simulacro da realidade, dificilmente atravessáveis, por vestirem os comportamentos maquiados como

estruturas concretas e inflexíveis. Logo, as masculinidades estabelecidas pela vinculação de genericidade tendem a empurrar o homem cisnormativo a atuações do sujeito, que não favorece um lugar de fala que possibilite um seu avanço sociocultural representativo.

Quando as mulheres, pela ação política viabilizada pela *práxis* dos feminismos, ultrapassam os limites do privado, levam em consideração os reflexos sociais dos privilégios masculinos e seus malefícios – se para mulheres concretizados pelas estatísticas, para os homens pela anulação total ou parcial de demonstração de afetividade e emoções –, impelem as instituições para uma mudança social de assumirem a responsabilidade de força transformadora do poder simbólico do patriarcado, que impossibilita as realizações individuais, enquanto condição humana e constitutiva das bases de coletividade.

Salienta-se, portanto, a necessidade de se desvincular a prática sexual dos papéis que socialmente homens e mulheres exercem. Se o termo *gênero* reforça as relações do caráter masculino e feminino, os campos de atuação de homens e mulheres são definidos a partir dessas representações, que a sociedade atribui por convenções culturais arbitrárias e historicamente plastificadas, quando observa-se uma demanda urgente quanto à ideologia de gênero: analisar a força simbólica dos rótulos que aprisionam a definição de gênero ao sexo biológico, utilizado como categoria imposta sobre um corpo sexuado, limitando as



possibilidades de suas representações sociais, por convenções culturais, sedimentados tendo em vista que o ser humano é complexo, socialmente pelo comportamento que os que se compõe por outros elementos de ação, indivíduos exercem continuamente ao longo numa simbiose entre endógeno e exógeno, do tempo (NADER; CAMINOTI, 2002, p. 2), sendo impossível atender às suas necessidades, especificando o *status quo* de cada um. Por individuais e coletivas a partir de um ponto de vista cientificamente reducionista – a biologia. essa fragilidade construída, a mulher assume o lugar que lhe compete – os espaços privados –, enquanto aos homens, representantes fiéis de uma masculinidade marcada pela virilidade e um sistema de relações, que podem incluir o sexo, mas não é determinado diretamente por ele, muito menos determinante da sexualidade. violência, são reservados os espaços públicos; pressupondo-se, portanto, que podem defender-se sozinhos, o que lhes garantem o reconhecimento de uma superioridade social,

## 2 O NÃO-LUGAR DA CISNORMATIVIDADE MASCULINA

Em 1975, ainda submetido a uma condição binária, o conceito de gênero foi amplamente difundindo nos discursos feministas para referir-se à organização social entre os sexos. Essas discussões objetivavam rejeitar o determinismo biológico em favor da sedimentação do caráter social, distinguindo a prática sexual dos papéis atribuídos socialmente a homens e mulheres, que concretizam as características individuais como diferenças sociais, o que não deveria ser levado em consideração, tendo em vista as premissas de todo cidadão – o cumprimento de deveres e exercício de direitos, constitucionalmente previstos.

Se o termo gênero reforça o caráter relacional entre masculino e feminino, os campos de atuação de cada sexo são definidos

pela qual são educados. Se para os homens, a educação está pautada em competências e habilidades profissionais, a mulher que deseja ser vista pela sociedade como profissionalmente competente, tende a negar o padrão de feminilidade, que no ambiente de trabalho lhe acarretaria problemas; assim, a mulher passa a assumir características que até então são reservadas aos homens.

No entanto, masculinidade e feminilidade são resultantes de algumas variáveis como educação familiar, as influências sofridas ao longo da vida, que constituem um conjunto de características comportamentais típicas de homens e mulheres, que legitimam o poder dos daqueles sobre essas em suas diversas relações, às quais podemos lançar mão por conveniência das circunstâncias. Portanto, são os padrões pré-estabelecidos que garantem a aceitação social dos indivíduos, porém não podemos suprimir a



dependência desses padrões a um determinado tempo histórico e seu *locus*, e que a própria identidade de gênero, sendo a percepção do próprio indivíduo pertencente a um ou outro sexo, influência também de fatores externos, que nos leva a entendê-la como uma falsa liberdade de escolha.

Ressalto aqui que este estudo não faz aprofundamento sobre a psicanálise, muito menos sobre Freud, mas neles encontramos teorias pertinentes que empurram essas reflexões para um campo menos fragilizado que o senso comum, bem como nos aponta um viés plausível de observação e análise dos comportamentos masculinos frente a cultura de um ideal de masculinidade.

A ideologia do patriarcado veladamente impõe a cultura da masculinidade do homem *cis* marcada pela pulsão sexual, atuação profissional e distanciamento das afetividades, que reiteram, por invenção histórica, a superioridade do homem sobre a mulher e seus semelhantes, estrategicamente como forma de manutenção de poder, como reforça Almeida (1996. p. 2): “O homem é socialmente cobrado e deve, o tempo todo, evitar posturas não-másculas e também fornecer provas de sua masculinidade”. Logo, tripé comportamental da masculinidade, afetividade-sexualidade-trabalho, qualquer aproximação com a expectativa da feminilidade, ressaltando que no campo do trabalho essa aproximação não radicaliza com sua anulação. Esse reducionismo do homem à

qualidade de feminino, a partir das expectativas diante dos padrões dos comportamentos esperados, como se essas categorias não apresentassem desdobramentos, resgata de forma negativa a associação entre sexo, sexualidade e gênero.

Como o modelo de masculinidade imposto segregava homens que não o correspondem minimamente, esse homem feminizado, é privado de prestígio público, seu lugar de fala reservado pelo patriarcado. Essa privação é potencializada ainda pela incapacidade adquirida de expor medos e inseguranças, característica de feminilidade, o que lhes reserva o silêncio como forma de resguardar-se socialmente, retratando a teoria freudiana das repressões, neste caso específico, repressão social.

É factível, desde o meado do século XX, uma crise da masculinidade, motivada pelo crescimento dos movimentos feministas e consequentemente pelo aumento da participação das mulheres na esfera trabalhista, pela pluralidade de papéis sociais e identidades de gênero, pela redefinição das funções de pai, a valorização do corpo e da estética, e ainda manter um modelo hegemônico masculino. Pode-se tomar como pontos de análise para a sua existência e persistência a possibilidade da feminização do masculino, que permitem adequadamente afirmar que não se pode mais tratar de masculinidade, mas de masculinidades, maior visibilidade social e economicamente ativa de



homossexuais e bissexuais declarados e o aumento de *drags*, travestis e transexuais, dentre outros, na constituição das subjetividades masculinas, que podem gerar, ainda, um *mal-estar* social, mas que nos possibilitam questionar e refletir sobre o que é ser homem e como ele se constitui.

A partir desse ponto, a sociedade passa estruturalmente a redefinir suas necessidades, que perpassam por emergir um novo modelo de homem tradicional, redesenhado por novos comportamentos, que atendam às demandas de amante, marido, pai presente, trabalhador e cidadão moral e ético, como uma “caução” para não abrir mão dos privilégios de poder hegemônico. Nessa tecedura, as subjetividades são enfraquecidas, reprimindo as pulsões incessantemente, articuladas reorganizadas nas sociedades avançadas, obedecendo a seu caráter historicamente modificáveis.

Se por um lado, a repressão funciona como mecanismo de defesa que impede ações, comportamentos e pensamentos indesejáveis, que de alguma forma causariam desconforto; por outro lado, reprimir esses impulsos a longo prazo, para não lidar com suas insatisfações, pode gerar um transbordamento das vontades, algumas vezes incontroláveis, impelindo o indivíduo à exacerbação das emoções, socialmente inaceitáveis. Essa “falta de tato” em que o homem é educado funciona como uma “bolha” que o protege socialmente, mas o fragiliza enquanto condição humana, ao ser-lhe negada a sensibilização de lidar com seus

próprios sentimentos e emoções, tornando-o incapaz de ler a si próprio, e, portanto, não o faz reconhecer um lugar de fala. Demonstrar sentimentos enfraquece o ser social, que urge pela racionalidade e pelo ponderamento, a fim de afastá-lo do universo construído como feminino. Assim, se numa sociedade que impede que as subjetividades venham à tona, o homem, ainda se encaixe no padrão cisnormativo de superioridade, não satisfaz suas necessidades individuais, causando um sentimento de não pertencimento, alocando-o portanto a um não lugar, considerado aqui somente pelo caráter negativo da dicotômica conceituação de Marc Augé, como expõe Teresa Sá (2014, p.3): “[...] os “não lugares” transformam o mundo em um espetáculo [...]transformando-nos em espectadores de um lugar profundamente codificado, do qual ninguém faz verdadeiramente parte.”

Assim, ao revelar-se socialmente inseguro, impedido de falar por perceber-se sujeito castrado, o homem resigna-se às suas vozes silenciadas, eliminando um possível estado de conforto possibilitado pela teoria da conversa, desvelado na psicanálise como método catártico – quando o “sujeito consegue eliminar seus afetos patogênicos [...] revivendo os acontecimentos traumáticos a eles ligados. A fala é o meio pelo qual estes afetos são eliminados” (FOCHESATTO, 2011, p. 166). Por conseguinte, o silêncio contínuo configura-se num acúmulo de insatisfações e infelicidades individuais, estimuladores



potenciais de comportamentos de descontrole emocional, que não justificam, mas nos levam a refletir sobre os quadros de agressões contra a mulher, acometidos por homens dantes impensáveis violentos. Não queremos dizer aqui que qualquer homem cisnormativo se enquadre em casos de violência velada, mas é interessante refletir sobre o enredamento invisível que a cultura tradicional tenta manter pelo enraizamento de olhares masculinos.

Para esse norte analítico, não tomemos como objeto de observação as violências masculinas praticadas de forma premeditada nem as violências cotidianas que as mulheres estão expostas em ambiente doméstico, pois essas ações não podem ser consideradas reações por excesso de repressão social. Os homens contemplados nesse estudo são aqueles que obedecem a uma demanda social de enquadramento de padrão de masculinidade ideal, que basificam as tentativas de manutenção de um poder hegemônico, em detrimento à equidade de direitos desvinculados dos sexos/gêneros.

## 2.1 O poder da fala

Até final do século XIX, a psicologia tentava analisar os casos que a ela competia, de forma científico-estruturalista, pautada na observação e sistematização da ciência, mantendo o caráter imparcial e objetivo. Todavia, “nadando contra a corrente”, Freud

apresenta um método estritamente psíquico, baseado no sujeito e em sua fala, portanto subjetivo, centrado no *eu* e suas individualidades e vivências. Nesse momento, os casos de histeria além de serem observados, também são escutados, e, muitas vezes essas falas não faziam a priori nenhum sentido para quem analisava, mas deixava também a partir daí de ser julgado por um prisma religioso, estanque, a passa a ser analisado como casos particulares, levando Freud a abandonar completamente a teoria da hipnose, entendendo que o método da fala, investigação mais valorosa. Por conseguinte, os casos de histeria deixaram de ser tratados pela medicina, que normalmente privava o paciente do convívio, por entender que a histeria revelava a falta de adaptação ao meio social, como nos expõe Fochesatto:

[...] pela primeira vez na história, é dado à histérica o direito de usar a palavra e, apesar da impossibilidade de Freud traduzi-la, esse discurso jamais foi considerado coisa do diabo, como o era até então. É provável que, já nesse momento, Freud estivesse escutando para além da moralidade, criando a primeira forma de conhecimento que tenha dado voz à loucura. A psicanálise tenta, a todo instante, afastar-se da ideia de que o sofrimento psíquico resulta de uma falta de adaptação ao meio, rompendo, desde aí, com o paradigma médico. (p. 2, 2011)

Freud entendia que ao oportunizar o paciente falar, possibilitava que o sujeito recordasse<sup>2</sup> a força que impulsionava

<sup>2</sup> Recordar deriva do latim. Junção do prefixo “re” (“repetir”) e “cordis”, (“coração”). Assim, “recordar”

(“re-cordis”), tem o sentido de fazer passar novamente pelo coração, pleno de significado, já que o coração



determinados descontroles comportamentais. Assim, ao estar novamente de frente com os sentimentos, o fazia reagir à força que por ora o dominava, pela repressão de alguma insatisfação extrema. Para Freud, quando essa força é reprimida, produz sintomas, mas pela fala é revivido e concretizado pela reação, chamado por Freud e Breuer, de ab-re-ação<sup>3</sup>.

Acreditamos que o hábito de falar das angústias, dúvidas e insatisfações prepara as pessoas para lidar com determinados problemas diários, que a autoanálise dos discursos permite a partir da reflexão sobre nosso posicionamento no mundo, os motivos que estimulam a ação de um ou outro modo, possibilita a antecipação de possíveis reações a partir de situações hipotéticas que de alguma forma traz sofrimento, tristezas, desconfortos, autorizando os sujeitos a se entenderem, ou pelo menos respeitar os próprios limites.

Os estudos e discursos tangíveis aos homens cisnormativos se fazem necessários, não somente por preservar suas individualidades, mas urgente e emergencialmente por encontrar causas palpáveis das violências, a fim de nortear caminhos que concretizem a diminuição dessas práticas, convertidas, mesmo a longo

prazo, em mudanças positivas das estatísticas ligadas a crimes contra a mulher e à comunidade LGBT. Para isso, demanda-se uma nova reestrutura social, incessantemente ansiada pelas feministas e seus estudos, a qual pauta-se na criação de políticas públicas voltadas à preservação dos direitos individuais que garantam a seguridade dos direitos de cidadania, por ressignificar o sujeito social integrado à individualidade humana.

### 3 RESSIGNIFICAÇÃO DO SUJEITO

Por muito tempo teoriza-se sobre as concepções de sujeito e sua formação, as suas subjetividades e suas nuances. Platão preconiza quando associa a subjetividade ao conhecimento pela representação das coisas e seus sentidos, logo sua constituição se dava de fora para dentro, ou seja, a partir da percepção das coisas e do mundo, que conferia uma autonomia ao sujeito, sem levar em consideração a diversidade dos olhares para o mesmo objeto, e que é uma das bases das sociedades capitalistas – a unificação dos sujeitos. Logo depois, Foucault e Kant negam essa planificação e trazem à tona a multiplicidade do homem, que dialoga de

---

sempre foi tido como o órgão das emoções, de acordo com a tradição literária e poética, em contraste com o cérebro, órgão do pensamento e da racionalidade.

<sup>3</sup> Ab-reação, termo introduzido por Sigmund Freud e Josef Breuer em 1893, para definir um processo de descarga emocional que, liberando o afeto ligado à lembrança de um trauma, anula seus efeitos patogênicos.

Uma melhor compreensão do termo pode ser conseguida com esta definição filosófica: ab-reação designa a expressão de afetos ou de impulsos, até então bloqueados por um mecanismo de defesa, e que se extravasam no comportamento, na emoção e na palavra, habitualmente no decurso de um tratamento psicoterápico ou sob uma ação farmacodinâmica.





diversas formas pelas variantes de espaço comunicativa e interlocução, que garantem ao homem, por suas individualidades, comportar-se desse ou daquele modo. Ainda que essa concepção reitere o homem como produtor de cultura, não ultrapassou as barreiras do concreto, que foram profundamente rachadas com as contribuições de Husserl ao ignorar as influências das exterioridades na formação desse sujeito. Para o autor, a relação entre o sujeito e o meio está ligada à sua percepção sobre o exterior, logo por um valor representativo individual.

Freud e Lacan contribuíram significativamente para as definições do sujeito como produtor de cultura, mas se para o primeiro as subjetividades se dão a partir das oposições levantadas entre o consciente e inconsciente, para o segundo o homem não pode ser responsabilizado por suas vontades, já que o sujeito lacaniano é uma adaptação do mundo exterior, pela linguagem, o que o faz refém eterno das construções culturais, sem poder de libertação dessas amarras.

Ainda que essas concepções de sujeito não tratem estritamente do homem como ser social, desperta uma outra concepção que nos atende em parte para esse estudo: o sujeito que não se perfaz individualmente, porém não se reduz a produto do meio. A subjetividade social nos apresenta um sujeito que interfere no meio, e ao modificá-lo também se transforma, o que nos faz repensar os fatores externos não acontecem somente fora do

sujeito, já que é representação concreta da percepção do ser sobre as coisas que o rodeia. Ao entender a relação do homem com o meio e as interações situacionais, podemos fazer um apanhado da constituição do ser para Edgar Morin (2003), e que para esse trabalho tem mais valia.

Para Morin, o homem não pode ser estudado de forma desfragmentada pelas diversas ciências; para compreendê-lo significativamente não se pode desvinculá-lo do todo, pois se apresenta como ser complexo. O homem, para Morin, é uma intersecção de elementos internos e externos que não se coloca no mundo de forma fragmentada. As atuações sociais carregam as individualidades de cada um e essas peculiaridades vão refletir em percepções que se concretizarão nas ações cotidianas.

Resgatar, portanto a condição humana do ser humano é situá-lo no universo, que por sua vez implica reconhecer-se em humanidade como resultado simbiótico de partes que convergem, interseccionam. Logo, não se pode perceber a complexidade de cada ser pelo *pensamento disjuntivo*, que reduz o homem a uma porção universal de biológica anatômica, e situar o homem no mundo por suas *multidimensionalidade e complexidade*, a fim de promover a necessidade de pertencimento de cada sujeito que atue, age e se faz pela cultura, demanda encaixar suas partes constitutivas convergentes, pois para simbiose perfeita uma não funciona sem a outra.



Para entendimento de humanidade do ser, precisa-se entender as relações que se estabelecem, interna e externamente, no humano. Essas relações se completam e complexificam por três tríades: cérebro-mente-cultura; razão-afeto-pulsão<sup>4</sup>; indivíduo-sociedade-espécie. Se para produzir cultura, pelas competências do cérebro, o homem age, percebe, sabe e aprende, a mente humana é o resultado de como a cultura modifica o seu próprio agente, o homem se apresenta em suas diversas esferas sociais pelo conflito harmônico entre emoção, razão e pulsão, que em comunhão dialogam entre uma e outra prevalescência, como nos afirma Morin (2003, p. 48):

A racionalidade não dispõe, portanto, de poder supremo. É uma instância concorrente e antagônica às outras instâncias de uma tríade inseparável e é frágil: pode ser dominada, submersa ou mesma escravizada pela afetividade ou pela pulsão. A pulsão homicida pode servir-se de maravilhosa máquina lógica e utilizar a racionalidade técnica para organizar e justificar suas ações.

Essa ideia retoma por outra perspectiva o pensamento freudiano de que é necessário conhecer e reconhecer as pulsões, encontrando mecanismos de autodefesa para preservação da razão sobre as emoções.

Antropologicamente, há uma interdependência entre indivíduo, sociedade e espécie, pois pela cultura, os indivíduos se enxergam, se moldam e se reconhecem,

limitando as possibilidades de pensar os comportamentos pelo sócio-interação da espécie, que por sua vez garantem a consolidação da cultura. Por esse movimento cíclico, obediente a seu caráter inerentemente político, o sujeito se reestrutura numa adaptação espacial e temporal, que faz com que seja integrado socialmente e em contrapartida haja auto aceitação pelo olhar de seus semelhantes. Quando a sociedade impõe um padrão de masculinidade cisnormativa, mina outras expressões subjetivas de caráter individual, impelindo o indivíduo a um comportamento solitário, pois não se reconhece, emergindo um lugar estrangeiro dentro do seu próprio território, o que impossibilita, salvo casos ditos transgressões sociais, a libertação das amarras que promovam o seu pertencimento.

Partindo desses prismas, temos, por consequências o desrespeito a pluralidade de indivíduos e, portanto, o impulsionamento do desrespeito às culturas que se apresentam na cultura. Há um apagamento das liberdades individuais, que não permitem que em nenhuma manifestação subjetiva, configurada verdadeiramente o despir das máscaras. Quando trazemos à tona as violências simbólicas que alguns homens cometem contra as mulheres e suas semelhantes minorias, podemos analisá-las pela necessidade humana

<sup>4</sup> Na psicanálise, a pulsão é a energia psíquica profunda que direciona a ação até um fim, descarregando-se ao consegui-lo. O conceito refere-se a algo dinâmico que é

influenciado pela experiência do sujeito. Isto diferencia a pulsão do instinto, que é congênito (herdado pela genética).



de libertar pulsões há muito, e suprimir qualquer demonstração de suas incansavelmente aprisionadas. Por isso, a emoções e afetividades, sobrepondo às suas necessidade extrema de permitir que os necessidades individuais um comportamento sujeitos sociais possam se expressar a partir de maquiado por assegurar-lhe culturalmente suas individualidades, e logo não podem ser uma superioridade em suas relações, e em limitados por nenhuma expectativa por contra partida anular ou suprimir sexo/gênero; a fim de minar, ainda que a longo demasiadamente suas liberdades de expressão, prazo, ações simbólicas violentas que não os impossibilitando portanto o conflito entre fazem necessária e potencialmente violentos. razão e pulsão, condição *sine qua non* para que

## 4 CONCLUSÕES

Necessitamos refletir sobre os comportamentos idealizados de masculinidades, que submetem o homem cisgênero a uma autoimposição em prol de um padrão que lhe confira determinados privilégios, nunca mensurados por seus pontos negativos para seus próprios agentes, e os reflexos sociais que abarcam as situações de violência sofrida pelas mulheres. As implicações psicológicas e emocionais sobre esse sujeito, estimulam atitudes inesperadamente violentas com que convivem em vários contextos, mas comumente são percebidas e/ou relatadas em ambiente doméstico. Uma das possibilidades de sanar essas ações, muitas vezes levadas pelo senso comum a uma reação pontual e de desvalorização sócio comportamental, é ressignificar o sujeito, a partir de seus valores éticos e morais, que estanquem os aprisionamentos das individualidades dos homens, que historicamente são educados para

qualquer indivíduo se apresente emocional e psicologicamente saudável, ocasionando uma mudança real e consciente de comportamento.

## REFERÊNCIAS

- AUGÉ, M. **Não lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade, trad. PEREIRA, M. L., Papirus: Campinas, São Paulo, 1994.
- BERTH, J. **O que é empoderamento?.** Belo Horizonte-MG: Letramento/Justificando, 2018.
- BEZERRA JUNIOR, B. C. Descentramento e sujeito: versões da revolução copernicana de Freud. In: COSTA, J. F. (Org.). **Redescrições da Psicanálise: Ensaios Pragmáticos.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 119-167.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Trad. de Maria Helena Kühner. 11ª.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- FREUD, S. **O mal-estar na civilização:** novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Obras completas, volume 18. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FOCHESATTO, W. P. F. **A cura pela fala.** Estudos Psicanalíticos [online]. 2011, n.36, pp. 165-171. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n36/n36a16.pdf>



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

LOPES, F. H. **Masculinidades:** reflexões em torno de seus aspectos históricos, sociais e culturais. Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades. n. 8, maio-out/2011. Disponível em:

[www.revistacontemporaneos.com.br/n8/dossi e/masculinidadesreflexoes.PDF](http://www.revistacontemporaneos.com.br/n8/dossi e/masculinidadesreflexoes.PDF)

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 3ªed. São Paulo: Cortez, Brasília, 2001.

NADER, M. B.; CAMINOTI, J. M. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. In: **XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e Práticas Científicas.** Anais eletrônicos. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

[http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400262820\\_ARQUIVO\\_Generoepoderaconstrucaodamasculinidadeeexerciciodopodermasculinonaesferadomestica](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400262820_ARQUIVO_Generoepoderaconstrucaodamasculinidadeeexerciciodopodermasculinonaesferadomestica)

SÁ, T. **Lugares e não lugares em Marc Augé.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2, nov/2014. p 209-229. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n2/v26n2a12.pdf>

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)

SILVA, S. G. da. **A crise da masculinidade:** uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 118-131, mar./ 2006 . Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lng=pt&nrm=iso).

TIBURI, M. **Feminismos em comum:** para todas, todes e todos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.